

O RETORNO DO ENCOBERTO COMO PARÓDIA: INFLEXÕES NO TEATRO DAS MEMÓRIAS SOCIAIS NA ATUALIDADE¹.

*THE RETURN OF HIDDEN AS PARODY: INFLECTIONS IN THE
THEATER OF SOCIAL MEMORIES TODAY.*

Alexandre Fernandes Corrêa²

Resumo: Reflexão sobre a preservação dos patrimônios culturais e das memórias sociais na atualidade. Análise crítica das políticas do patrimônio cultural e natural na sociedade brasileira contemporânea, através de aproximações teóricas dos Estudos Culturais com a Psicanálise, Mitologia e a Etnologia comparada. Esse estudo tenta responder mais especificamente a seguinte questão: quais os alcances políticos de um trabalho de ação cultural voltado para a reabilitação das memórias sociais dos marginalizados?

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Memória Social. Mitologia.

Abstract: Reflections about the education and preservation of the cultural heritages and the social memories in the actuality. Critic analyses of the cultural and natural herance policies in the contemporary Brazilian society, through theoretical approaches with the mythology and the ethnology compared. This study attempts to answer the question more specifically: what the scope of work of a political cultural action aimed at the rehabilitation of the marginalized social memories?

Keywords: Cultural Herance. Social Memory. Mythology.

O presente artigo surgiu a partir de reflexões desenvolvidas em pesquisas realizadas há alguns anos sobre as políticas do patrimônio e da memória nos bairros do centro urbano antigo de São Luís do Maranhão, incluída na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO (1997)³. Após desenvolver diferentes modalidades de incursões no campo empírico – através de entrevistas, observação de manifestações

¹ Texto reelaborado a partir de reflexões apresentadas originalmente no livro “Caminhos do Patrimônio no Brasil; no capítulo “Teatro das Memórias Sociais e do Patrimônio Cultural” (LIMA FILHO, 2006, p. 69-88).

² Professor Associado em Antropologia da Universidade Federal do Maranhão - Processo de Redistribuição Universidade Federal do Rio de Janeiro Campus/Macaé. Doutorado em Ciências Sociais (PUC/SP). Pós-Doc Antropologia (UFRJ-2006 e UERJ-2010). Coordenador do CRISOL: Grupo de Pesquisas em Estudos Culturais.

³ Projeto de Pesquisa vinculado ao Grupo de Pesquisas e Estudos Culturais (CRISOL). Pesquisa financiada pela FAPEMA (2011-12) e Edital Universal CNPq (2011-13). alexandre.correa@pq.cnpq.br

culturais e artísticas, análise de processos de política cultural, análise de tombamentos e inventários de registro cultural – surgiram novas demandas de interpretação no trabalho desenvolvido⁴. Antes se limitando à dimensão mais sociológica, ou etnológica, dos fatos concretos levantados no contexto urbano dos sítios históricos de São Luís, houve impulso de alçar-se a outras instâncias simbólicas implicadas nos processos do patrimônio e da memória, na sociedade regional e nacional brasileira.

Na verdade, sob restrição inicial de um certo impressionismo crítico dos fatos sociais cotidianos, vinculados ao objeto mais específico das relações de produção dos discursos sobre o patrimônio e a memória social local ludovicense⁵, topamos um impasse importante. Impasse esse que foi superado após enveredar por novas searas; especialmente através da incursão na Teoria Crítica⁶. Em poucas palavras, nessa perspectiva teórica avançou-se o projeto científico para além da descrição dos fatos empíricos, como eles ocorreram na realidade, e passamos a analisar as possibilidades de transformação e as outras formas possíveis de realidade sufocadas pelas estruturas de dominação atualmente estabelecidas e consolidadas. Como se expressou Horkheimer: “Para a teoria crítica não se trata apenas dos fins tais como são apresentados pelas formas de vida vigentes, mas dos homens com todas as suas possibilidades” (*apud* BENJAMIN, 1980, p. 156). Seguindo essa vertente teórica, ultrapassamos enfim as limitações tanto disciplinares especializadas como empiristas as quais estávamos inicialmente circunscritos.

Entretanto, foi efetivamente na ação cultural concreta que se revelou a necessidade de aprofundar a investigação, tornando-se necessária aproximações com outras áreas do conhecimento. Num primeiro momento foi visto que a Mitologia poderia oferecer subsídios fecundos. Ao promovermos um projeto de extensão universitária no bairro do Desterro⁷ em São Luís, as metáforas da Mitologia Grega ligadas ao problema da memória se revelaram como uma verdadeira epifânia. Através de uma oficina de Fotografia e Artes plásticas com crianças de 9 a 14 anos de idade,

⁴ Procedimentos de pesquisa calcados nas práticas difundidas pela Etnometodologia. Destacamos o termo ‘tracking’: ‘Pôr-se à espreita’ é um dos traços da observação participante. Isto consiste em observar o maior número de situações possíveis no decorrer da pesquisa de campo. Pela ‘espreita’, o pesquisador tenta ver aquilo que o sujeito vê. [...]. A ‘espreita’ etnográfica é uma solução para o problema da posição do observador face à diversidade dos comportamentos sociais. Permite não apenas observá-los, mas também descobrir o que os participantes dizem a esse respeito (COULAN, 1995, p.91).

⁵ Morador da cidade de São Luís do Maranhão.

⁶ Especialmente no texto de Horkheimer, *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*: “Uma ciência que em sua autonomia imaginária se satisfaz em considerar a *práxis* como seu além, e se contenta com a separação entre pensamento e ação, já renunciou à humanidade” (*apud* BENJAMIN, 1980, p. 154).

⁷ Projeto de Extensão Universitária com o apoio do Núcleo Gestor do Programa de Educação Patrimonial da Prefeitura de São Luís, 3ª Superintendência Regional do IPHAN e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

atividade preparatória para a Exposição das Memórias Fotográficas do bairro, compreendemos melhor o alcance coletivo do trabalho. A repercussão desse projeto de ação cultural na comunidade foi extremamente marcante e reveladora. A simpatia espontânea que emanava das crianças participantes e dos familiares, exerceu um impacto profundo nos agentes culturais envolvidos no projeto cultural e comunitário. As dificuldades iniciais em transmitir os conceitos de memória social e patrimônio de acordo com preceitos metodológicos abstratos e acadêmicos, foram aplacadas pela ação cultural fundada na dimensão de seu significado político no enfrentamento da 'estrutura dos sentimentos' coletivos manifestados e produzidos em ação comum. O abismo que se apresentava intransponível, entre os agentes culturais e as crianças e adultos da comunidade, foi finalmente ultrapassado através da percepção da importância da dimensão simbólica profunda, isto é, a importância do 'subjetivo concreto' na vida humana⁸. E, como ver-se-á mais adiante no texto, a Mitologia Grega, especialmente os mitos de Perséfone e Deméter, constituiu material valioso para a evolução da sensibilidade científica assim como a compreensão dos fatores simbólicos subjacentes à lógica da transmissão das heranças culturais.

Destarte, também aproximamos cada vez mais o projeto de ação cultural de outras disciplinas das Humanidades, em busca de novas ferramentas conceituais e teóricas. Assim, justificando o trajeto dissertativo, avançamos na interpretação que será apresentado justificando os fundamentos que balizaram a ação reflexiva do trabalho. Contudo, à dimensão mais específica dos problemas relacionados com a memória social, a pesquisa se ateve às práticas discursivas sobre o patrimônio cultural fundadas na práxis coletiva. Porém, antes de prosseguirmos na apresentação dos argumentos iniciais, faz-se necessário demonstrar como a Mitologia Grega pôde ajudar a pensar os problemas contemporâneos relacionados à preservação da diversidade cultural e ambiental na sociedade brasileira e, por extensão, latino-americana. Desde a Antiguidade Clássica é percebida a importância da elaboração do trabalho da memória na vida social humana. Constatamos então que as questões vinculadas ao crescente interesse no preservacionismo das memórias sociais e naturais estão muito próximas da reflexão contida nos mitos de Deméter e Perséfone e, como se verá adiante, esses mitos tornaram-se fios condutores importantes, ajudando a adentrar no campo

⁸ O referido abismo se configurava a partir dos equívocos de um Programa de Educação Patrimonial, voltado para a ideologia da "alfabetização cultural"; baseada nos princípios da cartilha apresentada pelo Museu Imperial do Rio de Janeiro (HORTA, 1999). Esse documento eivado de romantismo patrimonialista, pressupõe a ignorância dos moradores dos sítios históricos do significado universal dos bens culturais. Aspectos retóricos dessa ideologia patrimonialista são criticados na dissertação de mestrado de César Roberto Castro Chaves, "EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BAIRRO DO DESTERRO: Estudos sobre os projetos de patrimonialização no Centro Histórico de São Luís – MA". PPGCult/UFMA-2012. Orientador: Prof. Dr. Alexandre Fernandes Corrêa.

labiríntico da teoria contemporânea da memória e do patrimônio. Como se pode constatar, a pesquisa realizada atualmente a partir da incursão na Mitologia Grega ofereceu uma nova e surpreendente dimensão interpretativa. De fato, nas sociedades humanas, e na vida mental dos indivíduos, percebe-se que os conflitos dramatizados pelos mitos simbolizam efetivamente processos profundos do inconsciente social. Assim, o estudo aqui desenvolvido enfoca especialmente alguns fenômenos psicossociais ligados aos mecanismos designados de 'recalque', conceito utilizado numa leitura freudiana.

Entretanto, é preciso adiantar desde já, as questões mais específicas relacionadas à técnica psicanalítica e aos conceitos de recalco, reprimido, do trauma primitivo etc., não serão tratados tecnicamente, pois comportam uma série de interpretações equívocas e polêmicas, que este estudo não pretende enfrentar⁹. Frisamos, além do mais, que ao ser feita referência direta à Mitologia e à Psicanálise não foi intuito ilustrar o texto com figuras clássicas antigas ou modernas, ou ainda com um pensamento sofisticado ou erudito; mas aproximar realidades geralmente consideradas como irremediavelmente separadas e estanques. Buscamos promover o diálogo para além das fronteiras disciplinares estabelecidas.

Dessarte, como será observado mais profundamente adiante, o mito de Perséfone, por exemplo, simboliza e representa condensadamente viverem os seres humanos, não só de elaborações psíquicas conscientes, mas sofrerem também constantemente a influência de forças advindas do lado obscuro, inconsciente, repleto de conflitos, esquecimentos e recalques, de sua vida mental individual ou social. Esse mito grego em particular se aplica muito bem ao que escreveu Edgar Morin, completando a idéia de que o ser humano deve ser apreendido com um ser integral, um animal simbólico singular do gênero *Homo*, espécie *Sapiens*, subespécie *Sapiens-Demens* (MORIN, 1992).

É o momento, pois, de apresentarmos, em poucas linhas, um resumo das versões míticas mais correntes do complexo narrativo ligado a Deméter e Perséfone. Filha de Zeus e de Deméter, Perséfone é considerada, a deusa que compõe o ciclo da fecundidade e da fertilidade agrícola. Devido a sua beleza singular foi atraída e capturada por seu tio Hades, tornando-se posteriormente seu esposo. Seduzida pela beleza e o aroma da flor de narciso, entregou-se ao seu raptor quando o chão se abriu e Hades a conduziu para o Mundo das Profundezas. Sua mãe Deméter passou um longo

⁹ Para evitar maiores dificuldades indicamos como referência principal o texto de Freud *Moisés e o Monoteísmo* (1975), do qual este artigo toma como base o uso da expressão 'retorno do reprimido'. Por vezes vemos traduções da expressão alemã *Wiederkehr des Verdrängten*, como 'retorno do recalco' (LAPLANCHE, 1992, p.462-3). Em nosso texto, as duas acepções são válidas. Assim como as referências à origem filogenética da 'herança arcaica do Id' (FREUD, 1975, p.148-151).

período em sua busca. Demonstrando seu desespero, a Deusa Mãe, que havia oferecido o segredo do pão à humanidade, fez secar todos os cereais e toda a Terra, instaurando tempos de fome e desgraça.

Zeus, depois de muitos apelos, resolveu encontrar-se com Deméter convencendo-a a aceitar as núpcias de sua filha Perséfone com Hades. Para torná-la sua prisioneira definitiva, Hades garantiu o laço eterno com Perséfone fazendo-a comer uma semente de romã, antes do seu reencontro com a Mãe. A semente da fruta de romã, que a condena aos infernos, é um símbolo das doçuras malélicas e possuía, na Grécia antiga, um simbolismo ligado à falta e à culpa, além de símbolo da fertilidade e fartura. Todo esse complexo mítico simboliza o ciclo anual da colheita. Deméter representa a terra cultivável, da qual nasce Perséfone, a semente que brota periodicamente. Perséfone desempenha assim um papel muito importante nas religiões dos mistérios e especialmente nos ritos de iniciação de Elêusis, nos quais era bem possível que representasse o neófito à iniciação, que passava pela morte para renascer, atravessando as trevas para subir ao Céu¹⁰.

Tendo em vista os limites da análise proposta nesse estudo, serão enfocados apenas alguns aspectos mais significativos dessa versão do mito de Perséfone, pois possui simbolismo muito rico, ligado a um núcleo lendário cósmico arquetípico de vasto alcance. Portanto, para efeito de análise, o foco recai sobre o dado cíclico importante relacionado ao fato de a deusa passar a residir por três estações sobre a terra (9 meses ao ano) e uma estação (o inverno) sob as trevas. Por três meses, em todos os anos, a deusa se torna companheira de Hades – deus dos Mortos ou do Mundo Inferior¹¹.

A referência ao núcleo lendário cósmico subjacente não deve, no entanto, fazer-nos esquecer que o fundo de todo mito é de natureza social. Como escreveu Ernest Cassirer (1994), referindo-se à contribuição da Escola Sociológica Francesa:

¹⁰ Tema mítico da ressurreição com paralelo na mitologia cristã, nos remetendo às origens judaicas: “Se o grão de trigo caindo na terra, não morre, fica ele só; mas se morrer, dá muito fruto” (EVANGELHO JOÃO, 12: 24).

¹¹ Outro paralelo interessante ocorre com a mitologia lorubá (Jeje-Nagô); no núcleo que se articula em torno de Nanã, Obaluaê, Omulu, Xapanã, Sapatá e Euá. Em outro artigo analisaremos esse complexo mitológico que envolve orixás e voduns, relacionado mais diretamente com o problema da morte, dos mortos e ancestrais e, mais especialmente, do ‘retorno do encoberto’.

Durkheim parte do princípio de que não poderemos explicar adequadamente o mito enquanto procurarmos suas fontes no mundo físico, em uma intuição dos fenômenos naturais. O verdadeiro modelo do mito é a sociedade, não a natureza. Todos os seus motivos fundamentais são projeções da vida social do homem. Através dessas projeções a natureza torna-se a imagem do mundo social; reflete todos os seus aspectos fundamentais, sua organização e sua estrutura, suas divisões e subdivisões (CASSIRER, 1994, p.133).

Contudo, apontar a natureza essencialmente sociológica dos mitos, não recusa a dimensão, também fundamental, das instâncias subjetivas da Psicologia profunda. Segundo a interpretação psicanalítica de Paul Delcourt, expressa no livro *Le Symbolisme dans la Mythologie Grecque* (1966), a personagem mítica Perséfone representa o símbolo do recalçamento. Nessa linha de interpretação, Perséfone, que está intimamente ligada aos mistérios de Elêusis, simbolizaria ‘a descida ao inconsciente a fim de libertar o desejo recalçado (a fim de buscar a verdade sobre si mesmo), o que pode ser a mais sublime das realizações’. Esse processo se completa com o gesto de Deméter. Esta, após ter negociado com Zeus a presença sazonal da filha, ofereceu à humanidade o pão (o segredo do trigo), símbolo do alimento espiritual, proporcionando também o sentido verídico da vida: “[...] a sublimação-espiritualização do desejo terrestre, i.é, a libertação com respeito a toda exaltação, como a todo recalque” (CHEVALIER, 1991, p.329).

Esse complexo mítico revela uma operação sociocultural peculiar e serve como paródia do movimento que esta pesquisa, na comunidade do Desterro, teve de executar para superar o dilema científico e político em que se encontrava atrelada. Consideramos, pois, imprescindível o fato de que, para se operar uma transformação de estado de consciência – ou espontaneamente, ou através de trabalho metodológico de distanciamento/estranhamento, ou através de terapia – é preciso vislumbrar a recuperação dos sentidos perdidos, dos traços mnemônicos esquecidos e, aí, sim, poder ultrapassar traumas e recalques individuais e coletivos; verdadeiros obstáculos epistemológicos. Desse modo, ver-se-á, o mito serviu como chave simbólica para pensar problemas relativos aos traumas históricos passados pela comunidade estudada. Comunidade essa que reflete e repete os traumas históricos vividos pela maioria dos segmentos e classes sociais brasileiras marcados pela espoliação, escravidão e negação de direitos coletivos durante séculos de formação colonial.

Neste artigo consideramos que as memórias sociais das etnias, dos imigrantes, dos negros brasileiros e das populações indígenas autóctones, constituem o material

reprimido (ou *recalcado*¹²) na política do patrimônio nacional¹³. A política do patrimônio oficial em nosso país, se desenvolveu preferencialmente na direção da preservação da herança cultural européia. Todavia, não é de hoje que se tem cristalizado uma perspectiva crítica à política convencional dos ‘tombamentos’ consagrados na fase heróica, conhecidos como patrimônios arquitetônicos de ‘pedra e cal’, salvaguardados pelo SPHAN¹⁴ desde 1937. De um modo geral temos muito bem reconhecido o que chamamos de ‘patrimônios consagrados’, quase sempre centralizados nas políticas oficiais dos órgãos municipais, estaduais e federais de cultura, e que em muitos aspectos tem a seu favor o fato de ter salvado da destruição diversos acervos valiosos do passado colonial latino-americano.

É bem sabido que sem o instrumento do ‘tombamento’ muitos dos patrimônios culturais e conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, dos Sítios Históricos das primeiras cidades do país, já teriam desaparecido. A crítica aqui desenvolvida jamais se aproxima da idéia de uma desregulamentação do instituto jurídico do ‘tombamento’. Este trabalho vai em outra direção. Defende uma reflexão responsável sobre o aprimoramento da ação de salvaguarda e acatamento dos bens e valores designados como patrimônios imateriais e intangíveis. É nesse caminho que a pesquisa evoluiu.

A preocupação aqui referida se volta preferencialmente para outro grupo que inclui os ‘patrimônios não-consagrados’, chamados aqui de ‘novos patrimônios’, cuja característica principal é o fato de apresentarem-se descentrados; surgindo no cenário patrimonial brasileiro recentemente, a partir dos anos de 1990. São bens e valores culturais ligados as memórias sociais e ambientais da população. Esses ‘novos patrimônios’ são índices do que se está designando de ‘retorno do reprimido’ na política do patrimônio nacional¹⁵. O exercício será compreender as nuances de um movimento pendular que oscila de um centro construído pelo patrimônio oficial

¹² Como escreveu Naffah, trata-se do “apagamento inconsciente da memória, associado a uma cicatrização superficial, [que] Freud nos ensinou a chamar de recalçamento” (NAFFAH NETO, 2001, p.56).

¹³ Salienta-se o fato de outros autores já terem trabalhado alguns aspectos do problema. Ver por exemplo, Antonio Cândido, na obra *Literatura e Sociedade*, em que aparece a hipótese do desrecalque: “problema de aceitação [...] das componentes recalçadas da nacionalidade” (MELLO E SOUZA, 2000, p.111). Ou ainda, Flora Sussekind, no texto “O Negro com Arlequim” (SUSSEKIND, 1982), no qual se refere ao ‘retorno do recalcado’ na literatura e no teatro brasileiro, quando analisa a figura do negro, que só aparece como arlequim.

¹⁴ SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, primeira designação do atual IPHAN.

¹⁵ Quando designamos a expressão *novos patrimônios*, deve ser esclarecido que de *novos* geralmente não têm nada. A não ser o fato de que são novidades no cenário patrimonial brasileiro atual. Contudo, são tão antigos, ou velhos, quanto os patrimônios ditos consagrados. Por exemplo, terreiros de Candomblé com mais de 100 anos de existência; além de parques, bairros e vilas de moradores de várias regiões do País (CORRÊA, 2008).

(centralizado), num pólo do nosso pêndulo imaginário, aos descentramentos elípticos efetuados a partir dos chamados patrimônios não-consagrados, no outro pólo de nosso pêndulo. O objetivo aqui é esmiuçar as diferenças e particularidades desse movimento, índices de mudanças na ordem do discurso patrimonial brasileiro.

De imediato percebemos que é necessário operar um novo olhar nas políticas de patrimônio que se voltaram prioritariamente para preservação da herança cultural dos portugueses e europeus do período colonial. Consta-se facilmente que se negligenciaram, por muitas décadas, os direitos culturais¹⁶ aos acervos de diversos grupos culturais (ou étnicos) formadores do país, que não exclusivamente aqueles ligados à aristocracia colonial portuguesa. Consideramos que, ao ser operada uma abordagem pluralista e crítica das políticas patrimoniais, devem ser reabilitadas também as memórias sociais recalçadas¹⁷ pela ação patrimonial centralizada na cultura europeia – única digna de ser tombada até o início dos anos oitenta.

Como Aloísio Magalhães sempre lembrava, a arte e a cultura popular sempre foram “encobertos debaixo de um tapete europeu” (MAGALHÃES, 1985, p.15). Além disso, devemos ter em conta que o surgimento dos *novos patrimônios* coloca em cheque os procedimentos técnicos convencionais ligados ao instituto tradicional do tombamento. Devemos, então, igualmente procurar novas formas de acautelamento e proteção destes bens culturais ditos imateriais¹⁸ e intangíveis (designados também como patrimônios etnográficos¹⁹). Esses *novos patrimônios* modificam o suporte científico no qual se assentava todo o saber patrimonial dos períodos anteriores, surgindo novos pontos de referência cultural, em relação aos quais se vai situar explicitamente, ou melhor, desdobrar, o seu centro. Não poderia ser outra nossa perspectiva, pois se constata que as línguas e as culturas barrocas latino-americanas²⁰ são produto de síntese, sem um centro determinado – apesar dos esforços coloniais e despóticos das metrópoles europeias. Na fusão das paisagens e das populações, há

¹⁶ Expressão presente na Constituição Federal Brasileira de 1988, artigos 215 e 216.

¹⁷ Termo que pode parecer exagerado para alguns, mas que foi a realidade durante séculos e teve expressão mais recente na repressão policial a Capoeira, ao Samba e aos terreiros de Candomblé nos séculos XIX e XX.

¹⁸ A idéia de criar um Livro do Registro dos Saberes para inscrição dos patrimônios ditos imateriais demonstra exemplarmente a necessidade do velho paradigma ocidental cartesiano de dicotomizar a realidade, separando o material do imaterial, a natureza da cultura, assim por diante (CORRÊA, 2008). Isso se explica também, como escreveu a psicanalista Adriana Cajado: “Como está recalçada a idéia, o afeto desligado desta se fixa em outros objetos, mas sempre de maneira precária” (COSTA, 2002: 60).

¹⁹ Mantemos este termo apesar do tom pejorativo que ainda carrega seu uso indiscriminado. Cremos que é melhor manter o sentido usado por Mário de Andrade a partir de 1936, quando significava a *arte popular* e a *arte indígena* brasileira (CORRÊA, 2008).

²⁰ Tema desenvolvido no artigo *Labirintos dos significantes na cultura barroca* (CORRÊA, 2009b).

sempre vários idiomas, culturas e civilizações que se comunicam, e o centro não está em parte alguma, pois escapa sempre apesar das ilusões dos poderes. Portanto, a perspectiva patrimonial não deveria seguir a trajetória centralizadora e preconcebida do patrimônio oficial e estatal.

É facilmente perceptível o fato de nossas sociedades possuírem um projeto pluralista nas suas bases culturais e históricas, e assim convém desvendar o véu da política colonialista e cartesiana (fragmentadora) que nos impossibilita, há séculos, de enxergar a complexidade do processo da memória social²¹ no nosso continente. Consideramos que uma forma de resistir às formulações ideológicas dominantes é propor mudanças na perspectiva da ação cultural para a proteção, preservação e promoção dos bens culturais ditos imateriais ou intangíveis na sociedade brasileira. Como sugeriu Henri-Pierre Jeudy (1990), isso pode ser implementado através de um novo 'gerenciamento político do teatro das memórias sociais'. O que chamamos aqui de a emergência dos chamados 'novos patrimônios', na cena cultural contemporânea, pode ser considerado como um tipo paródico de 'retorno do reprimido'²². O sociólogo francês Henri-Pierre Jeudy já indicava esse movimento quando refletia sobre o social, enquanto objeto de Museologia:

²¹ Cabe enfatizar que "o que permanece recalcado nunca pode ser visto, o retorno do recalcado torna a idéia inconsciente em consciente e assim reformula toda a concepção, ou seja, será necessário que haja uma nova significação do vivido para incluir um novo elemento, num trabalho de *perlaboração*, ou de *après-coup*" (COSTA, 2002, p. 37).

²² Para aplacar dúvidas quanto ao uso desse termo freudiano em reflexões sobre teoria da cultura, citamos Jan Assmann: "[...] a descoberta de Sigmund Freud [...] é uma permanente contribuição ao estudo do papel atribuído à dinâmica da memória e ao retorno do reprimido [...] deve-se reconhecer que os conceitos de latência e do retorno do reprimido são indispensáveis para qualquer teoria adequada da memória cultural. Eles precisam, no entanto, ser redefinidos em termos culturais. Freud nos recordou o fato de existir algo como o 'esquecimento cultural' ou mesmo a 'repressão cultural'. Depois de Freud, nenhuma teoria da cultura pode se dar ao luxo de não levar em consideração esses conceitos. O antigo conceito de tradição provou ser insuficiente" (*apud* BERNSTEIN, 2000, p.60).

A similitude com um procedimento psicanalítico é quase evidente, mesmo que essa similitude seja essencialmente paródica. O social no museu mostra-se como o próprio possível de uma supressão do recalque, as memórias do social podem a partir daí invadir toda a vida presente, não mais no sentido de apenas uma reabilitação, mas transtornando de um modo ideal as sedimentações das representações da lógica cultural burguesa. A militância encontra um renascimento e uma relativa unidade posto que esse trabalho sobre as memórias coletivas necessita de um consenso em torno do tratamento incisivo infligido ao sistema da cultura burguesa. O trabalho social reforça ao mesmo tempo sua função terapêutica, promovendo-se a instância decisória da gestão das memórias, e sua própria historicização, tornando-se o árbitro do devir do social (JEUDY, 1990, p.33).

Cumpramos lembrarmos mais uma vez que a hipótese trabalhada no presente texto considera que os bens culturais e artísticos, marginais à lógica cultural dominante, foram objeto de 'recalque coletivo' promovido pela política do patrimônio oficial durante o século XX. Esses bens culturais 'marginalizados' são constituídos pelas memórias sociais das etnias, dos imigrantes, dos negros e das populações indígenas autóctones. Faz-se necessário perceber esta dimensão obscura, negativa e negligente da política patrimonial palaciana, colocando em cheque as ações oficiais e convencionais que ainda predominam no setor²³. Cabe então uma reflexão sobre a importância central da reabilitação das memórias dos diversos grupos humanos constituintes de nossa sociedade, tendo em vista, no entanto, não a fragmentação relativista e egoísta das 'pequenas diferenças'²⁴, mas o diálogo intercultural. A insistência na possibilidade de mudanças atuais nas políticas do patrimônio parece seguir na direção de uma crítica contundente dos pressupostos civilizacionais europeocêntricos. Isso parece indicar que através de 'trabalho da memória'²⁵ é possível articular a população nos projetos de preservação e conservação, engajando-a no

²³ Exemplo dessa mudança de percepção política e cultural, vimos emergir no último *Grito dos Excluídos*, dia 7 de setembro de 2013, quando diferentes grupos políticos e sociais "ocuparam" o Monumento às Bandeiras, no Parque Ibirapuera/SP. Ação considerada "vandalismo" pelos setores mais conservadores da mídia e da sociedade; como de resto todos os movimentos populares doravante conhecidos como *Manifestações de Junho*. Para nosso interesse mais específico, observamos os discursos proferidos pelos manifestantes; especialmente os indígenas que lutam contra a PEC 215, que determina mudanças no rito de demarcação de terras estabelecido na Constituição Federal de 1988. Na ocasião da "ocupação" o Monumento às Bandeiras - em ato simbólico declarado contra o colonialismo europeu - sofreu pichações, e outras "intervensões", alusivas as causas populares e indígenas.

²⁴ Sobre a chamada fragmentação étnica e relativista e o 'narcisismo das pequenas diferenças', ver, no primeiro caso, texto de Edgard de Assis Carvalho (CARVALHO, 2003); no segundo, a reflexão psicanalista de S. Freud em "Moisés e o Monoteísmo" (1975) e "Mal-Estar na Civilização" (1974).

²⁵ Designamos como um 'trabalho da memória' (*après-coup*), a elaboração e recuperação de 'arquivos' das memórias recalçados pela ordem dominante. Como escreveu H-P Jeudy, "os traços mnésicos são indefinidamente remanejados, transformados em função de experiências novas e atuais" (JEUDY, 1990, p.141).

interior mesmo da ação coletiva em torno da recuperação e elaboração de suas memórias sociais e naturais.

A democratização do acesso à cidadania se intensificará no país pelo investimento na pesquisa das formas e dos mecanismos sociais que fazem com que negros, índios, os demais imigrantes, e seus descendentes, continuem sendo excluídos da vida social plena. Tem-se de levar em conta ainda os diferentes grupos de imigrantes que não realizaram o destino da inclusão sociocultural, pois nem todos estes grupos tiveram facilidades na integração e assimilação à sociedade nacional brasileira²⁶. O processo de 'globalização', hoje tão em voga nos estudos contemporâneos, parece sugerir um trabalho contundente de recuperação das memórias dos imigrantes, inaugurando-se uma verdadeira etnologia da emergência (JEUDY,1990). O debate sobre o patrimônio cultural no Brasil sempre foi restrito à elite política e econômica. Convivemos constantemente com o predomínio da visão intelectual e erudita que ocultou os conflitos internos sob a capa de harmonia forjada pela ideologia oficial.

O Estado Nacional, e seus aparelhos institucionais, nunca implementou investimentos na memória social dos diversos grupos socioculturais, historicamente reprimidos, excluídos, derrotados e negados no processo de formação da sociedade brasileira. Houve sempre uma negligência contumaz para com a maioria da população, que tem memórias específicas e diferentes daquela das elites – em sua maioria filhos dos imigrados que tiveram processo de relativo sucesso na assimilação, adaptação e integração à sociedade nacional envolvente. Assim, consequência direta desse trabalho de negação, os patrimônios bioculturais²⁷ do povo brasileiro só em uma pequena parte estão inscritos nos Livros do Tombo do IPHAN – nos quais estão fossilizados os bens considerados simbólicos de um tipo de nacionalismo decadente, como indica Otávio Ianni (IANNI, 2001).

Nos Livros do Tombo não se incluem as histórias e os monumentos da maioria da população, que ainda não atingiu a cidadania cultural plena. A reabilitação da memória dos trabalhadores, das mulheres, dos ex-escravos, dos índios, dos outros grupos de imigrantes (que não tiveram tanta 'facilidade' na integração), é mais que urgente. Entretanto, ressalte-se que esses 'novos patrimônios' parecem exigir novos modos de proteção e promoção social e cultural. Novas formas de preservação desses bens são imprescindíveis, pois devemos evitar os procedimentos que foram usados para a fossilização e petrificação dos bens coloniais aristocráticos de origem

²⁶ O preço da integração e da assimilação é esquecer as origens culturais e apagar sua memória.

²⁷ O conceito de *patrimônios bioculturais* aqui utilizado considera que "uma antropologia do patrimônio tem de partir das bases naturais e da sua modificação ao longo da história pela ação da humanidade". Nesse sentido podemos falar de Teatro das Memórias da Natureza e da Sociedade (CORRÊA, 2008).

portuguesa e europeia em nosso país. Faz-se necessário recorrer a novos procedimentos que possam promover a recuperação e a proteção desses bens garantindo sua dinâmica e seus processos de organização.

A sociedade, para superar o recalque dos seus horrores e injustiças, necessita de uma verdadeira operação de re-inscrição de seus traumas coletivos históricos, a partir de um processo terapêutico que promova uma transmutação na ordem simbólica predominante no teatro das memórias²⁸ sociais e ambientais vigentes. Esse trajeto se associa a dois procedimentos paralelos: de um lado da Psicanálise, no que designa como *elaboração psíquica, perlaboração e a posteriori* (ou ainda *après-coup*), de um lado; e, de outro, do *laboratório da história*, próprio ao gerenciamento político do teatro das memórias. Designa-se como um 'trabalho da memória' (*après-coup*), a elaboração e recuperação de 'arquivos' das memórias recalcados pela ordem dominante. Como escreveu H-P Jeudy: "Os traços mnésicos são indefinidamente remanejados, transformados em função de experiências novas e atuais" (1990, p.141). Nesse sentido, quando se pensa na contribuição da Etnologia para o estudo dos patrimônios coletivos, vislumbra-se o esboço de uma futura teoria do gerenciamento político do teatro das memórias sociais. Um *Theatrum Memoriae* que pressupõe um 'laboratório da história', no qual são feitos os estudos de contextualização sócio-histórica preliminares. Esse trabalho deve ser anterior à *mise en scène* e ao 'espetáculo que evoca, celebra e encultura'. O 'laboratório da história' é condição de todo trabalho de gestão pública da memória coletiva. Pensamos, então, ser totalmente possível incorporar o *Laboratório da História no Teatro das Memórias Sociais*. Em linhas gerais o que se deseja não é anunciar uma nova política salvadora do patrimônio biocultural. Não é pretensão deste estudo ensaiar mais um grito ingênuo contra as iniquidades que assolam o país e o mundo. Desejamos, de outro modo, contribuir com as investigações científicas que buscam a superação desse estado de coisas. A hipótese apresentada é que talvez uma das formas que nos ajude a realizar esse trabalho transformador seja reabilitar, preservar e promover novos arquivos em eco museus e bibliotecas públicas, isto é, em novos suportes da memória coletiva, em que a herança cultural dos trabalhadores, dos mendigos, das prostitutas, dos escravos, dos meninos de rua, dos favelados, dos forasteiros, dos loucos etc – que sempre ocuparam o papel dos humilhados no teatro social brasileiro – reencontre o seu destino histórico emancipatório. Não no sentido de petrificar o passado por uma má-consciência

²⁸ Sobre a idéia de um Teatro da Memória: "A palavra 'teatro', como se sabe, privilegiando a visualidade, conserva sua vinculação etimológica à família do verbo grego *theáomai*, ver. Assim, estas coleções de objetos materiais da mais diversa espécie, organizadas pelos príncipes e senhores renascentistas, funcionavam como paradigmas visuais que recriavam simbolicamente a ordem do mundo e o espaço do exercício de seu poder" (MENEZES, 1994, p.09).

histórica mórbida (museomania) – mas de reavaliá-lo, reencontrá-lo, para que assim não tenhamos que repetir indefinidamente o passado e o presente de injustiças²⁹.

Entretanto, urge que se coloque desde já que esse trabalho requer longo tempo de maturação. Para ultrapassar esses complexos históricos será preciso um extenso trabalho de elaboração e superação. Apesar da consciência desse longo esforço no trato dessas questões fundamentais, continuamos a trilhar na direção de um diálogo cada vez mais profícuo entre a Etnologia e a Sociologia de um lado e a Mitologia e a Psicanálise, de outro. O exemplo mais evidente desse diálogo fecundo é o que se apresenta em linhas gerais na reflexão sobre o trabalho da memória, sugerindo um movimento terapêutico – melhor dizendo: um movimento de elaboração dos traumas históricos do passado – utilizando o processo que os psicanalistas chamam de *après-coup* ou *a posteriori*, explicitados mais acima no texto³⁰. Talvez, dessa maneira possamos reencontrar, um dia, o sentido da memória e do passado – lembrando o que nos ensinou a sabedoria da Mitologia há muitos séculos, e alimentando, assim, a nossa busca em superar as grandes dificuldades do presente. A Mitologia, que foi por muito tempo relegada a um plano secundário pelo racionalismo cientificista dominante na sociedade moderna, necessita também de uma reabilitação. A obra de Lévi-Strauss é o esforço mais recente em restaurar seu antigo brilho, principalmente após a publicação do livro “O Pensamento Selvagem” (1970).

A partir de nossas pesquisas de campo, compreendemos que, com o trabalho da memória dos grupos excluídos nosso país poderá recuperar a dignidade perdida e quebrar o esquema colonialista que nos subjugava historicamente, constituindo e reproduzindo hoje uma das sociedades mais injustas do planeta. Ousamos apostar na hipótese de que, através da reabilitação científica da memória social, étnica e cultural brasileira - com a definição de um novo eixo teórico sobre o patrimônio cultural e natural em nossa sociedade, possamos ter condições de reencontrar o sentido de nosso passado e de nossa formação cultural, social e étnica.

²⁹ Aludimos aqui aos trabalhos de reabilitação social das meninas e meninos de rua, da recuperação de mendigos, dos movimentos dos sem-teto e dos sem-terras, etc., exemplos de mudança no eixo da percepção política – o que deve influir sobre as políticas culturais, em especial as que se ligam ao “patrimônio”, enquanto suporte simbólico do nome-do-pai para a transmissão das heranças socioculturais.

³⁰ No sentido de reforçar este argumento, e evitar a acusação de praticantes de *psicanálise selvagem*, citamos Richard J. Bernstein: “A facilidade e a liberdade com que aplica conceitos psicanalíticos, desenvolvidos no contexto do trabalho com pacientes em situações terapêuticas, a fenômenos culturais mais genéricos constitui uma das críticas mais comuns que se faz a Freud. Ironicamente, e com *atraso*, é a aplicação e extensão de conceitos freudianos à compreensão de fenômenos culturais, em especial à memória e ao esquecimento coletivos, que está se mostrando tão proveitosa. Isto vem se evidenciando particularmente em tentativas recentes para compreender as conseqüências traumáticas do Holocausto, as formas complexas de esquecimento e lembrança que esse evento traumático produziu, e as maneiras como funcionaram a dinâmica da latência e o retorno do reprimido” (BERNSTEIN, 2000, p.153).

O mito de Perséfone foi trabalhado de modo central nesse estudo porque nos pareceu ser o ponto de mutação fundamental para a transformação de nossa (má)consciência em relação à memória e à herança cultural. O ‘retorno do reprimido’ elaborado nessa narrativa mítica coloca de forma paródica a importância do trabalho de negociação e do retorno do que foi negado em nossa. Nossa sociedade portadora de uma das piores taxas de distribuição de renda do mundo³¹, deveria colocar esse problema na ordem do dia, no centro mesmo de suas preocupações científicas e sociais contemporâneas.

Na pesquisa que realizada por nós em São Luís (CORRÊA, 2008; 2013) percebemos que, no que se refere ao patrimônio, um trabalho de resgate da cidadania deverá recuperar também urgentemente as memórias dos grupos sociais formadores de nossa sociedade e promover novas políticas de pesquisas e tombamentos no Brasil. Foi o que efetivamente se aprendeu no trabalho de ação cultural desenvolvido com as crianças e os adultos moradores do bairro do Desterro. No trabalho com as crianças foi construída uma Exposição Fotográfica e de Artes Plásticas³²; com os adultos, um trabalho de coleta de fotos para futuro arquivo e exposição das Memórias Fotográficas do bairro e do Centro Histórico. Foi nesse trabalho de ação cultural coletivo que se revelou significativo a reflexão sobre o encoberto e o recalcado das memórias sociais na sociedade brasileira. Com a expressão ‘retorno do reprimido’, enfatizada nesse texto, colocamos em questão o retorno do excluído da ‘montagem’ ideológica da memória oficial no Brasil³³.

Fazendo uma comparação com realidades nacionais diferentes, cumpre lembrar ainda de uma referência importante na obra de Michael Pollak, quando refletiu sobre as memórias subterrâneas dos que sofreram o sentimento do absurdo e do abandono, depois da II Guerra na Europa: "No momento do retorno do reprimido, não é o autor do ‘crime’ (a Alemanha) que ocupa o primeiro lugar entre os acusados, mas aqueles

³¹ Digno de nota é o fato do recente aumento da renda das camadas mais empobrecidas da população, no fenômeno designado de "ascensão das novas classes médias", nada mais que a incorporação de milhões de trabalhadores na sociedade de consumo; não significou, por exemplo, diminuição significativa nos índices de violência urbana, contra mulher, os jovens ou no trânsito. Isso indica que não bastam apenas avançamos na democratização econômica para se recuperar a dignidade humana em nosso país; é preciso avançar mais sobre outros *déficits* socioculturais, tratados brevemente aqui.

³² Esta Exposição Fotográfica infelizmente sofreu intervenções arbitrárias de duas instituições: Superintendência Regional do IPHAN e Companhia Vale do Rio Doce. A primeira por força do vício da mediocridade burocrática; e, a segunda, pelos vícios da ação do chamado marketing cultural das empresas.

³³ Um ponto importante a ser enfatizado se relaciona ao fato de que o trabalho sócio-antropológico deve levar em conta os eventos que se encaixam no esquema freudiano “trauma primitivo – defesa – latência – desencadeamento da neurose – retorno parcial do reprimido”.

que, ao forjar uma memória oficial, conduziram as vítimas da história ao silêncio e à renegação de si mesmas" (POLLAK, 1988, p.07)³⁴.

Essa reflexão se torna particularmente relevante, numa sociedade que tem combinado na sua história duas sentenças significativas e reveladoras de nosso complexo cultural: 'Brasil: país do futuro' e 'Brasil: país sem memória'³⁵. O primeiro lexema se vincula ao outro numa conjunção especialmente desastrosa e trágica. Constatamos, assim, que nossa sociedade é um dos lugares privilegiados no mundo para se estudar um processo cruel de denegação e de silenciamento das diferenças culturais e étnicas, que a duras penas resistem em sincretismos malabaristas. País que ainda possui uma população de milhões de miseráveis deve colocar esse problema no centro dos debates sócio-antropológicos atuais. Percebemos cada vez mais que, no que se refere especialmente a conjunção do patrimônio e da memória, a verdadeira cidadania cultural está na reabilitação das memórias dos grupos sociais formadores de nossa sociedade e na promoção de novas políticas de promoção dos grupos sociais marginalizados. Isso poderá inaugurar uma nova fase – uma *outra cena* – do gerenciamento político do teatro do patrimônio e das memórias sociais e naturais em nosso país.

Ao experimentarmos aproximar matrizes teóricas distintas, procuramos superar dificuldades disciplinares específicas surgidas no trabalho de campo e no projeto de ação cultural junto às crianças e adultos da comunidade do bairro do Desterro. Como o estudo da memória não pode ser reduzido a um campo restrito do conhecimento, coube aproximar-se de conceitos da Psicanálise e das análises da Mitologia, para assim pensarmos problemas na ordem da política e da gestão dos patrimônios coletivos e das memórias sociais. Contudo, é preciso enfatizar, nossa inspiração teórica maior foi explicitamente referida na Teoria Crítica, e a citação de Max Horkheimer não ilustra esse texto gratuitamente: "para a teoria crítica não se trata apenas dos fins tais como são apresentados pelas formas de vida vigentes, mas dos homens com todas as suas possibilidades" (BENJAMIN, 1980, p. 156). A 'ciência que não renuncia a sua humanidade' enfrenta o dilema fundamental de 'desfazer o sofrimento infligido ao outro', como lembra Jürgen Habermas no livro "O Futuro da Natureza Humana" (2004). A Teoria Crítica elaborada na Escola de Frankfurt têm um papel particularmente fundamental nesse debate, pois foi justamente numa correspondência entre Horkheimer e Benjamin que se explicitou a essência de nossas preocupações. O

³⁴ Cumpre lembrar a semelhança particular desse processo com o que aconteceu na história recente do povo chileno. Trata-se do Julgamento de Augusto Pinochet, que ilustra bem o "conflito entre memória e esquecimento e sua conformação na elaboração de traumas coletivos" (NAFFAH NETO, 2001, p.49).

³⁵ Sobre este aspecto confira-se o livro "Devorando o Tempo: Brasil, o país sem memória" (LEIBING & BENNINGHOFF-LÜHL, 2001).

trabalho aqui desenvolvido foi uma tentativa de enfrentar a questão da: "irreversibilidade do sofrimento passado – aquela [da] injustiça cometida contra os inocentes maltratados, humilhados e assassinados, injustiça que ultrapassa toda medida de reparação dentro das possibilidades humanas" (HABERMAS, 2004, p.148).

Para Horkheimer, as 'possibilidades humanas' são limitadas e no seu sincero ceticismo admitia a 'irreversibilidade do sofrimento passado', não havendo forma de 'reparação'. Nossa perspectiva, ao contrário, se encontra na esperança desmedida que habitava o coração de Benjamin, autor que acreditava numa 'força reparadora da memória humana'. A troca de correspondência entre Benjamin e Horkheimer, referida acima, data da primavera de 1937, no começo da catástrofe nazista, e 'ambos mantiveram-se na prática tão necessária quanto desesperada' da 'recuperação do passado'. No desfecho desse artigo temos como certo que a esperança perdida na ressurreição dessas forças deixou para trás um grande vazio facilmente perceptível na sociedade atual. Todavia, nossa perspectiva vai contra a corrente: não se acredita que "aqueles que foram abatidos estão realmente mortos" (*apud* HABERMAS, 2004, p. 148).

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. **Textos escolhidos**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- BERSTEIN, Richard J. **Freud e o legado de Moisés**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
- BURN, Lucilla. **Mitos gregos**. São Paulo: Moraes. 1992.
- CAMUS, Albert. **O homem revoltado**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- CASSIRER, Ernest. **Ensaio sobre o homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CARVALHO, Edgard de Assis. **Enigmas da cultura**. São Paulo: Cortez, 2003.
- COSTA, Adriana Cajado. **A análise do sujeito psicótico na instituição psiquiátrica**. Dissertação Mestrado. São Paulo: PPGPCL/PUC/SP. 2002.
- CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Patrimônios Bioculturais**. São Luís: DEPSAN/UFMA. 2008.
- _____. **Museu mefistofélico e a distabuação da magia**. São Luís: EDUFMA, 2009a.

____. Labirintos dos significantes na cultura barroca. **Psicanálise & Barroco em revista**. v.7, n.2: 12-34, dez. 2009b.

____. **Teatro das Memórias: ensaios sobre ação cultural na atualidade**. São Luís: EDUFMA, 2013.

CHEVALIER, Jean. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1991.

CIRLOT, Juan-Eduardo. **Dicionário de símbolos**. São Paulo: Moraes. 1984.

COULON, Alain. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes. 1995.

DIEL, Paul. **Le symbolisme dans la mythologie grecque**. Paris, 1966.

FREUD, Sigmund. Mal-estar na civilização. **Obras Completas**. Vol. XXI. Rio de Janeiro: IMAGO, 1974.

____. Moisés e o monoteísmo. **Obras Completas**. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: IMAGO, 1975.

HABERMAS, Jürgen. **O futuro da natureza humana**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

IANNI, O. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1990.

LAPLANCHE, Jean et PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes. 1992.

LEIBING, A. & BENNINGHOFF-LÜHL, S. (Orgs.). **Devorando o tempo**. São Paulo: Mandarim, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Nacional, 1970.

LIMA FILHO, Manuel & BEZERRA, Márcia. **Os Caminhos do Patrimônio no Brasil**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2006.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.

MELLO E SOUZA, Antonio Cândido. **Literatura e sociedade**. São Paulo: PubliFolha, 2000.

MENEZES, Ulpiano T. B. de. Os “usos culturais” da cultura. In, IAZIGI, E. (Org.) **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec/FINEP. 1996.

MORIN, Edgar. **O método IV**. Lisboa: Europa-América. 1992.

NAFFAH NETO, A. O julgamento de Augusto Pinochet. **Revista Latinoamericana Psicologia Fundamental**, vol. IV, n.03, São Paulo: Escuta. 2001.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos N°3**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1988.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Arte e Cultura Popular**. Nº 28. Rio de Janeiro. 1999.

SHELDRAKE, Rupert. In: Vídeo: **Arte, Ciência e Espiritualidade**. TV Cultura. 11/03/1997.

SUSSEKIND, Flora. **O negro como arlequim**. Rio de Janeiro: Achiamé/Socij, 1982.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1979.